

Cadernos de
Cooperação Agrícola
Nº 1

UMA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

BERNARDO M. FERNANDES

Paulo Cerioli, osfs

Agosto/93

Índice

Apresentação	5
1. O desenvolvimento rural em debate	7
2. Breve resumo histórico	8
3. Modernização e miséria	11
4. Os trabalhadores rurais e a modernização	14
5. Um conceito de desenvolvimento rural	18
6. Uma opção: A Cooperação Agrícola	20
7. Tentativas de sobrevivência.....	22
8. O que não podemos nos esquecer	27
9. Aspectos que precisamos levar em conta	29
10. Não podemos ficar parados	34

Apresentação

Caros companheiros,

O tema do desenvolvimento rural é importantíssimo para ser aprofundado e discutido.

Na década de 1960 o termo "desenvolvimento rural" foi difundido pelas agências norteamericanas como uma alternativa às propostas de Reforma Agrária na América Latina. Ele veio junto com a chamada "revolução verde" que priorizava mudança nas técnicas agrícolas em relação às mudanças na propriedade da terra e no modelo de desenvolvimento.

Hoje essa visão está derrotada. Depois de 30 anos, os trabalhadores e a opinião pública perceberam que desenvolvimento é uma questão muito mais profunda e envolve muito mais elementos do que simplesmente técnicas agrícolas.

No MST temos debatido pouco esse tema. Em geral, tem-se a idéia, de que "desenvolvimento rural seria a garantia de progresso econômico e social para todos os que vivem no meio rural, de uma forma sustentável e respeitando o equilíbrio de recursos naturais. De maneira a garantir melhorias **permanentes** das condições de vida, para todos, e não só para alguns, no aspecto material (alimentação, habitação, transporte, etc), cultural e espiritual.

No entanto, para alcançarmos esse desenvolvimento sonhado precisamos alterar todo o modelo de produção agropecuária em nosso país. E alterar o poder político. E além disso, precisamos discutir como chegar lá, para que todos os trabalhadores se beneficiem desse processo.

Por isso, o setor cooperativista dos assentamentos, nosso setor de produção do MST, está iniciando a publicação de uma série de documentos e textos para promover o debate, justamente desses dois desafios que temos: que tipo de desenvolvimento queremos no meio rural? e como chegar até ele?

O texto do companheiro Cerioli já é um bom começo.

Um bom estudo e debate.

CONCRAB

São Paulo, maio de 1994

1. O desenvolvimento rural em debate

Não é fácil falar sobre o desenvolvimento rural aqui no Brasil. Na prática sempre foi implantado o “projeto da burguesia” e era e é comandado pelos países que tinham e tem interesse econômico em nosso país: primeiro Portugal com a implantação da cana-de-açúcar para a exportação e atualmente os Estados Unidos da América com a implantação da chamada “revolução verde” que ainda está presente no campo com a finalidade de exportar, principalmente, grãos energéticos (a soja, por exemplo).

A esquerda sabe que precisa forjar, que precisa construir um “projeto próprio” de desenvolvimento rural, que não seja excludente (1). Projeto que parte da realidade atual da roça, das expectativas dos trabalhadores rurais, com ou sem terra, e dos interesses de toda a classe trabalhadora.

Nem sempre os teóricos (estudiosos) da esquerda se entenderam e se entendem na construção deste projeto. Há conflitos de entendimento de como poderia ser (uns querem de um jeito e outros de outro jeito) e há conflitos sobre se os trabalhadores rurais devem participar desta elaboração e se participam de como deve participar. Hoje em dia é mais fácil dizer como nós não queremos o desenvolvimento rural. É mais fácil negar, do que propor. Propor é se expor, é colocar a cabeça prá fora, e quem se expõe corre riscos; pelo menos o risco de ser criticado. Hoje, ou corremos riscos e tentamos ir rascunhando um projeto de desenvolvimento rural ou ficamos na defensiva, na crítica e na espera de que um governo “bom” resolva os nossos problemas. Mas, podemos assumir as rédeas de nossa história. Se não fizermos isto copiaremos o projeto da burguesia na esperança de sobreviver, o que normalmente acontece, ou participamos para uma falsa resistência que apenas adia a nossa expulsão do meio rural.

(1) Um projeto excludente favorece apenas uma pequena parcela, os empresários rurais, forçando os trabalhadores rurais a entregarem a sua terra, se ainda são proprietários, e a irem buscar uma vida melhor na cidade (êxodo rural) ou em alguma fronteira agrícola ou projeto de colonização se ainda tiver recursos para isto ou viram assalariados rurais (diaristas, bóia-fria,...)

A grande novidade é de que, hoje, este debate não está só com os teóricos. O debate está presente entre os trabalhadores rurais “assentados” (2), bem como entre os trabalhadores rurais com terra (pequenos proprietários) e sem terra (meeiros, diaristas,...). É verdade que ainda não existe um debate amplo, generalizado, mas tende a ser na medida em que os trabalhadores rurais resolverem assumir as rédeas de sua história.

Na verdade, mais uma vez, a esquerda busca alternativas viáveis para que os trabalhadores rurais possam garantir uma melhoria de vida, dentro da atual conjuntura político econômica, levando em conta o pouco recurso próprio de que dispõem e do quase nenhum recurso que conseguem arrancar, apesar da luta, dos governos estaduais e federal. Melhoria de vida que poderá ser acelerada caso possa ser aplicado no país um “projeto democrático e popular” após uma vitória eleitoral de esquerda, desde que já estejam definidas as áreas e projetos da aplicação dos recursos liberados pelo estado (3).

2. Breve resumo histórico

No período anterior ao golpe militar de 1964 (4) o debate sobre o desenvolvimento rural tinha por finalidade entender se as relações de trabalho e as relações de produção no campo eram:

- a) Feudais, por causa do sistema atrasado dos coronéis;

(2) O assentamento é feito pelo governo, mas isto só acontece por causa da luta realizada pelo MST. Não é algo que o trabalhador rural recebeu passivamente, apesar da palavra dar a entender isto. É conquista e por isto tem história de luta que subverteu a ordem da sociedade burguesa.

(3) A experiência nos mostra que o simples envio de recursos é jogar dinheiro fora. Ele, normalmente, é mal utilizado, por falta de organização dos trabalhadores rurais e de projetos economicamente viáveis.

(4) Optamos em ficar apenas na história recente de nosso país. Um histórico completo seria importante, mas não é a finalidade deste trabalho.

b) Capitalistas.

Conforme a resposta que os teóricos de esquerda encontravam dava o estágio do “processo revolucionário” brasileiro e assim traçavam as estratégias e as táticas que adotariam para a luta de transformação da sociedade. Os que concluíam por “a” passavam a contribuir com a revolução burguesa com a finalidade de superar o estágio feudal e criar as condições objetivas (o estágio capitalista) para a construção do socialismo. Os que concluíam por “b” passavam a se organizar em vista da tomada do poder e, conseqüentemente, a implantação do socialismo. Isto acontecia porque transformaram o materialismo histórico em “dogma” ao acreditar que não poderia haver retrocesso na “roda da história”.

O golpe militar forçou a superação deste debate e desta forma de analisar o desenvolvimento rural. O debate passou a levar em conta a dura constatação da presença do capitalismo no campo, mesmo que de forma diferenciada em cada região brasileira pois há regiões onde o capitalismo avançou muito mais rapidamente do que em outras. O debate dos teóricos da esquerda passou a girar em torno da melhor forma de se produzir ou de que porque ainda permanecia existindo a pequena propriedade após a “modernização” trazida pelo ingresso da “revolução verde” em nosso país, facilitada pelo governo militar. Alguns teóricos passaram a defender a idéia de que os trabalhadores rurais deveriam assumir a modernização da agricultura, copiando a proposta burguesa.

Imediatamente, começou a surgir uma reação contra esta proposta. Alguns teóricos passam a condenar totalmente o modelo de desenvolvimento burguês (tipo o que vem deles nada presta) e passam, por isto, a defender a produção familiar (5) baseada na utilização intensiva e mesmo predatória dos recursos naturais, na fertilidade natural do solo, na diversidade de espécies animais e vegetais e mínimo a insidência de pragas e doenças, no uso intensivo da mão-de-obra familiar que não é calculada como custo de

(5) A produção familiar também é conhecida como “produção caipira” ou produção voltada para o auto-consumo por não produzir nenhum artigo voltado diretamente para o mercado.

produção (6),... Outros passam a fazer uma interpretação de “desenvolvimento” a partir do marxismo e por isto começam a questionar o fato de que o capitalismo trouxe progresso para o campo, mas não o desenvolvimento, porque a grande maioria dos trabalhadores rurais está excluída da melhora de suas condições de vida. Passam a assumir a defesa da organização do trabalho e da produção através da COOPERAÇÃO AGRÍCOLA entre os trabalhadores rurais: esta proposta incluía utilização racional de novas tecnologias (da mecanização, por exemplo) e da eliminação da presença do “patrão” no processo produtivo e, conseqüentemente, da exploração.

Alguns teóricos passam a questionar a idéia de desenvolvimento como “progresso” e\ou “modernização” que existe dentro da proposta capitalista e dentro da proposta socialista de desenvolvimento que existiu na ex-URSS. Destes teóricos, alguns chegam a propor o “cooperativismo tradicional” como uma terceira via.

Hoje, a realidade nos pressiona a assumir uma nova concepção de desenvolvimento rural onde seja possível incluir a preservação no meio ambiente e que garanta, de fato, a fixação ou a sobrevivência dos trabalhadores rurais no campo, sem estarem a serviço, direta ou indiretamente, de um “patrão”.

Isto nos mostra que o problema é complexo e, portanto, difícil de ser resolvido. Já sabemos que não basta fazer uma condenação da modernização que aconteceu no campo. Já sabemos que seria uma mentira o anúncio da extinção total da pequena propriedade, fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Já sabemos que não basta gritar sobre os perigos da “integração” dos pequenos produtores com a agroindústria capitalista; a necessidade forçará a integração. Já sabemos que o processo de assalariamento avança a passos largos e esta gerando empobrecimento. É necessário propormos e a nossa proposta deverá ser concreta e não deverá levar o trabalhador rural a errar o passo.

(6) Há teóricos que defendem que a mão-de-obra familiar não é custo de produção e quem calcula como tal comete o erro de: desanimar os trabalhadores rurais pois passam a entender que as despesas são quase sempre maiores que as receitas de produção e concluem que a produção rural é inviável; ou desestimular o trabalho por induzir a trabalharem menos para reduzirem os custos de produção

Enquanto isto, o debate continua e as contradições e problemas dos trabalhadores rurais, também continuam. Há teóricos e trabalhadores que assumiram a COOPERAÇÃO AGRÍCOLA como, provavelmente, a saída mais provável. A cooperação está surgindo, por um lado, espontaneamente (entre os trabalhadores rurais que decidem unir o seu capital constante para conseguir reorganizar a produção) ou forçada pelo empobrecimento e, por outro lado, incentivada pela política de entidades ou movimentos populares ou sindicais (como o MST, por exemplo). Ao mesmo tempo, há teóricos que condenam a posição acima. Para eles a proposta de cooperação agrícola é uma subordinação ao projeto capitalista de desenvolvimento (7) ou é uma imposição (8) ou está limitando a liberdade dos trabalhadores rurais (9).

3. Modernização e miséria

Muita coisa mudou no o campo nas últimas décadas. Cresceu a área total dos estabelecimentos, com a incorporação de mais de cem milhões de

(7) A cooperação agrícola, especialmente a que busca se organizar de modo mais empresarial, é incentivada pelo estado burguês através dos seus organismos nacionais (INCRA, EMATER,...) e internacionais (ONU/FAO) e por isto é acusado de assumir a lógica do capitalismo. As pessoas que defendem esta posição, normalmente, assumem a defesa da produção familiar como a forma de resistir ao capitalismo.

(8) A proposta de cooperação agrícola do MST, por sugerir as Cooperativas de Produção Agropecuárias, totalmente coletivas, como a estrutura superior a ser construída nos assentamentos é vista, por alguns teóricos, como coletivização forçada, apesar das advertências feitas pelo próprio MST para que sejam respeitados, acima de tudo, a decisão dos assentados para assumirem a forma de cooperação que consideram mais viável para eles.

(9) Há pessoas que vêem como mau a proposta de organizar a produção e o trabalho nas associações e cooperativas de forma empresarial, porque esta forma restringe a liberdade dos trabalhadores rurais associados que passam a não mais poder fazer o que querem e no momento que querem, que a produção familiar garante para eles, mas tem que cumprir as decisões tiradas pelo conjunto dos associados da associação ou cooperativa, perdendo assim a sua liberdade.

hectares novos nas áreas de colonização; a fronteira agrícola está chegando ao fim. Aumentou a produtividade de certos setores e em certas regiões do Brasil. Mudou a composição da produção agrícola, com o aumento mais do que proporcional das culturas de exportação (soja, por exemplo) e da cana-de-”álcool”. Alguns setores da agricultura brasileira já podem ser comparados ao mais avançados do mundo.

Mas, o fundamental não mudou. A concentração da terra permanece em níveis assombrosos: um por cento (1%) das propriedades rurais detêm cerca de quarenta e cinco por cento (45%) da área cadastrada pelo governo e os cem maiores latifúndios somam sozinhos trinta milhões de hectares. Há muita terra fértil, cadastrada mas, não aproveitada” só no Rio Grande do Sul, onde não existe terra disponível conforme o discurso dos latifundiários, passam de dois milhões de hectares as terras próprias para a agricultura que estão sendo desperdiçadas.

As condições de vida da população rural são dramáticas no Brasil, pois: seis milhões e quinhentas mil famílias sobrevivem sem terra ou com terra insuficiente e três milhões e trezentas mil famílias destas, vivem abaixo da linha de pobreza absoluta. E continua crescente o empobrecimento dos trabalhadores rurais.

No governo Sarney apenas quarenta mil famílias foram assentadas (4,4% da sua promessa). Muitas delas, por falta de consciência e de entendimento da realidade, são gratas a “bondade” dos governantes e já sepultaram a luta, isto se dela participaram. Neste mesmo período, cem mil pequenas propriedades foram levadas a leilão pelo sistema financeiro, pelos bancos. Podemos, pois, concluir que no Brasil existe uma contra-reforma agrária. Isto sem falar sobre a falta de crédito subsidiado, para os trabalhadores rurais, para a recuperação do solo e para investimentos em vista de melhorar a produção/produtividade e, porque não, construir “plantas” agroindustriais.

Estamos sofrendo a consequência da política capitalista para o campo implantada pela “revolução verde” exportada pelos norte-americanos e assumida pelo governo militar brasileiro. Eis algumas características e algumas consequências da modernização implantada no solo brasileiro:

a) Concentração cada vez maior da terra, liberando assim os trabalhaodres rurais para se tornarem assalariados rurais ou semi-assalariados (bóia-fria);

se somarem as correntes migratórias e partirem em busca de um pedaço de chão⁽¹⁰⁾ dentro do país ou em países vizinhos; se somarem aos sem terra e passar a lutar para conquistar um pedaço de chão indo para um acampamento; ou migrarem para os centros urbanos industrializados e até mesmo para as cidades de porte médio em busca de emprego e sobrevivência e contribuindo para o inchaço das periferias.

b) Intensificação da mecanização agrícola em todos os níveis, de forma desordenada ou não racional, e, conseqüentemente, exigência de mão-de-obra especializada.

c) Utilização de insumos químicos de origem industrial, como: adubos, herbicidas, inseticidas, fungicidas,... causando um crescente envenenamento da terra, das águas e dos trabalhadores, por causa do mau manejo.

d) Expansão do crédito rural para custeio e para investimentos, mas não para todos, o que facilitou a acumulação de capital constante nas mãos de poucos, resultando no surgimento das empresas rurais, dos granjeiros ou lavoreiros.

e) Expansão da lavoura de produtos destinados à exportação (soja e laranja, por exemplo) e de produtos considerados estratégicos (cana-de-álcool, por exemplo) de acordo com uma política de “honrar” a dívida externa.

f) Agroindustrialização da produção animal e vegetal e, ao mesmo tempo, o atrelamento da pequena propriedade à agroindústria capitalista através do sistema de “integração” que obriga o trabalhador rural a alterar o seu modelo tecnológico, impondo o modelo tecnológico que interessa ao capital.

g) Criação de sementes e de mudas melhoradas e melhoramento genético animal e vegetal (cruzamentos) e, atualmente, a manipulação genética de espécies (biotecnologia) comandadas e controladas pelos con-

(10) Há trabalhadores rurais que buscam recuperar a terra perdida nas áreas de colonização e nas novas fronteiras agrícolas, mas, normalmente após a terra estar preparada os donos do capital tornam a liberar o trabalhador rural, expulsando-o novamente.

glomerados econômicos, que através da lei de “patentes” criam uma nova forma de dominação e exploração dos trabalhadores rurais.

h) Expansão de florestas homogêneas (eucaliptus, pinus eliotis, acácia, por exemplo) com o objetivo da exploração, especialmente, de celulose e para isto utilizam o discurso de “produção autosustentável”.

i) Utilização irracional dos recursos naturais provocando uma ação predatória, causando a compactação e morte do solo, a erosão, o assoreamento dos rios e vertentes, o envenenamento da terra e das águas, a eliminação de espécies vegetais, animais e até de florestas inteiras, causando um desequilíbrio no ecossistema e assim aumentando as pragas e variações climáticas.

j) Desenvolvimento de empresas rurais e cooperativas capitalistas como uma forma de apoio aos empresários rurais o que passam a manipular a comercialização dos insumos necessários e da produção e até da utilização dos serviços por ela prestados.

04. Os trabalhadores rurais e a modernização

Os trabalhadores rurais, querendo ou não, estão inseridos dentro do processo de organização sócio-político dominante: o mercantil capitalista. O trabalhador rural (seja o pequeno proprietário, o posseiro, o meeiro,...) passa a ser um produtor simples de mercadorias, utilizando para isto: a terra disponível; os meios de produção de que dispõe e que são, normalmente, precários; o seu conhecimento tecnológico que foi e é repassado de pai para filho e é reproduzido; a força de trabalho disponível, a saber, a própria família ou algum diarista nas épocas de maior serviço; a organização do trabalho onde todos fazem as tarefas do início ao fim e por isto se caracteriza como um processo produtivo único (PPU); e, enfim, visa uma produção de auto-consumo ou, no máximo, de auto-sustento, passando a vender apenas o excedente no mercado como a finalidade de adquirir mercadorias que necessita, mas que não produz. Este trabalhador rural, um “artesão” do campo, por estar voltado para o que se passa dentro dos marcos que

delimitam o espaço onde trabalha, tem dificuldade de perceber de que está submetido ao modo de produção capitalista: nele o trabalhador rural não é livre, embora a propriedade da terra, quando a possui, e a propriedade dos meios de produção que ainda consegue manter e o poder de decidir sobre o processo de produção familiar lhe forneça a falsa sensação de viver sem “patrão”, de ser livre, apesar de obedecer as regras do jogo impostas pelo livre mercado.

Quando a pequena produção está nas áreas de influência da produção mercantil capitalista, só se mantém com muita dificuldade. Normalmente passa a se “integrar” com a agroindústria, pois é a forma mais fácil de conseguir crédito para investimento e, conseqüentemente, capital constante e assim poder sobreviver. Alguns buscam auxílio nos bancos e são por eles devorados. Alguns passam a lutar por crédito de investimento repassado da mais valia social recolhida pelo estado na forma de imposto, mas o estado prefere repassar para as empresas rurais e para os latifundiários. Alguns passam a super-utilizar a mão-de-obra familiar e passam a trabalhar até 16 horas por dia. Outros passam a absorver alguma tecnologia alternativa e procuram formas criativas de implementar. Apesar de tudo, nem sempre conseguem sobreviver. Sempre existe uma minoria que, por conseguirem recursos para investir em meios de produção, em tecnologia e em especialização da mão-de-obra, chegam a uma produção em escala e, por causa disto, conseguem se manter e até progredir.

A pequena produção, sem escala, só se mantém nas áreas marginais da economia, de baixa lucratividade ao capital, pelo menos por enquanto. Estão em áreas onde falta infraestrutura necessária (transporte, por exemplo), em áreas de alto risco (barrancas de rios, por exemplo), em terras muito dobradas, em áreas onde o mercado ainda não chegou. Enfim, ela sobrevive nos “espaços vazios” onde a produção mercantil capitalista permite o estacionamento das “**massas sobrantes**”.

Retomando, a pequena produção tende a transformar-se:

a) **Desaparecendo** porque o trabalhador rural perdeu a sua terra ou desistiu de “dar bicudo em ponta de pedra” e por isto é obrigado a ir para uma

fronteira agrícola; assalariar-se de forma temporária (diarista) ou de forma permanente; tentar uma vida nova na cidade (êxodo rural); iniciar a luta pela conquista de um pedaço de terra.

b) **Incorporando-se** ao capitalismo, através: de recursos que conseguiu para investimentos em instrumentos de produção e tecnologia (jeito de produzir) e passou a produzir com alto nível de produtividade e em escala, passando a interferir no mercado (são poucos os que conseguem isto); de recursos de investimento através da integração com a agroindústria, perdendo assim o pouco poder de decisão que ainda lhe restava, se adaptando a um outro modelo tecnológico que lhe será exigido e arcando com os altos riscos que a empresa parceira não está disposta a assumir.

c) **Reformando-se** na medida em que consegue absorver tecnologias alternativas e reorganizar a mão-de-obra familiar em vista de resistir ao máximo na terra e aguentar a descapitalização e a concorrência do mercado que consegue colocar o mesmo artigo a um preço menor que o seu custo de produção.

d) **Transformando-se** em um “ensaio” de cooperação agrícola que manterá as relações artesanais de trabalho e assim conseguirão sobreviver por um determinado período, sob a ameaça permanente da falência, enquanto conseguirem responder as exigências do mercado. (11)

e) **Reorganizando-se** em vista de assumir a cooperação agrícola com a finalidade de produzir para o mercado, buscando novas formas organizativas (grupos coletivos, associação de máquinas, associação de comercialização,...) até chegar a construir uma empresa totalmente coletiva, que utiliza um processo produtivo socialmente, dividido (PPSD), com mão-de-obra especializada, com instrumentos de trabalho potentes e adequados, com plena utilização de mão-de-obra disponível e produtividade no trabalho, com produção para o auto-sustento e produção em escala, de alguns

(11) Este modo de cooperação chega ao seu limite no momento em que passa a não garantir os interesses pessoais dos associados. Neste momento de nada adiantam os apelos políticos, tipo, provar que a reforma agrária dá certo, e nem os apelos religiosos, tipo, repetir a experiência dos primeiros cristãos.

produtos, para o mercado em vista de garantir o ingresso de recursos monetários.

Na tentativa de reorganização, por falta de experiência, acontecem alguns desvios, que põem em risco todo o processo, como por exemplo:

a) A criação de grupos coletivos ou associações com a única finalidade conquistar a terra o quanto antes, sem que os associados estejam dispostos a este tipo de organização, embora digam o contrário.

b) A criação de associações com a finalidade exclusiva de conseguir recursos monetários, sejam públicos (mais valia social) ou de entidades patrocinadoras (Cáritas, por exemplo), o mais facilmente possível.

c) A simples mecanização, achando que por terem conseguido logo um trator, estão resolvidos os problemas referentes ao campo da produção e uma vida melhor esta garantida.

d) A idéia de que organizar a produção é copiar uma empresa rural capitalista (uma lavoura de produção de grãos, por exemplo), passando a desperdiçar a mão-de-obra dos associados, distribuindo as sobras entre todos os sócios (uma espécie de salário) e para isto vão se desfazendo de parte do capital constante e não produzindo para o auto-sustento.

e) A idéia de produzir sem conhecer o mercado e sem ter nenhum planejamento de produção, nem de investimentos (na produção e no social), nem de especialização de mão-de-obra e formação político-ideológica; a falta de planejamento e projetos bem definidos leva ao desperdício dos recursos monetários conquistados.

Estes são os desvios mais gritantes. Só será possível o avanço dos trabalhadores rurais no momento em que eles assumirem o processo de reorganização das comunidades rurais como sujeitos e, ao mesmo tempo, os pesquisadores e técnicos entenderem o seu papel que é de contribuírem com informações mais precisas possíveis e garantir o repasse de tecnologias adequadas a realidade e, finalmente, não quererem tomar as decisões ou dirigirem o processo em nome dos trabalhadores rurais.

05. Um conceito de desenvolvimento rural

Existem vários conceitos de desenvolvimento rural, mas optamos por um que expressa melhor o que desejamos. Vejamos:

Desenvolvimento é um processo de transformação global que resulta em melhoria de qualidade de vida, obtida através da participação organizada, consciente e capaz dos trabalhadores rurais explorados, na solução de seus problemas e na transformação da sociedade. (12)

Agora vamos tentar esclarecer melhor este conceito. Entendemos por:

a) **Processo de transformação global** como a dinâmica (motor) da história que tem como força motriz os conflitos gerados entre os interesses antagônicos (contraditórios) que existem dentro de nossa sociedade composta por exploradores e explorados, em diferentes graus e posições. Os trabalhadores rurais explorados buscam superar estas contradições através de uma organização, o mais complexa possível, e assim, por causa da “clareza” político-ideológica, vão transformando globalmente todas as relações em que estão envolvidos.

b) **Melhoria na qualidade de vida** como o desfrute crescente de todos os bens gerados pelos trabalhadores rurais organizados, que participam deste processo, e não somente por uma minoria: o “patrão”. Sabemos que só crescimento econômico, progresso ou maior renda “per capita” (média por pessoa) não é satisfatório, bem como crescimento da produção e ou produtividade. Nos satisfazer com isto é aceitar o “mito do desenvolvimento”. Precisamos chegar ao nível onde todos os trabalhadores, devidamente organizados, controlem o resultado de sua produção e evitem a concentração de renda e de poderes nas mãos de alguns e, finalmente, garantam uma justa distribuição. Só assim haverá uma vida melhor para si, para a sua família e para a classe trabalhadora.

(12) Este conceito se baseia no artigo “Reflexões sobre um conceito de desenvolvimento para a libertação”, de Silvio Tavares Monteiro.

c) **Participação organizada, consciente e capaz** como a livre manifestação de opiniões e de decisão sobre os seus destinos, por terem as informações suficientes e se apropriarem de uma organização por eles mesmos construída, alcançando assim os objetivos assumidos. Participação organizada só acontece quando os trabalhadores se assumem como “sujeitos” de sua história: de seu presente e de seu futuro e se apropriam da prática da classe trabalhadora no passado. Os trabalhadores que escolhem participar passivamente, não passam de “objetos” ou “coisas” que apenas sofrem o presente, aceitam a mistificação de que estão construindo um futuro melhor para si mesmos, quando a verdade o estão fazendo para os outros e, ao mesmo tempo, revelam o seu desconhecimento do passado por não terem uma memória histórica. Quando devidamente organizados, os trabalhadores tem maiores condições de conquistarem os objetivos propostos a si mesmos e de repelir as possíveis manipulações a que estão sujeitos. A organização deve ter como ponto de partida a realidade global dos participantes e percebida, por eles mesmos, da melhor forma possível, e uma crescente autonomia de reflexão, de planejamento, de decisão, de distribuição, de ação, de controle, ... Participação capaz é importante e implica, neste processo, na aquisição de conhecimentos e de habilidades, no aperfeiçoamento de técnicas e de instrumentos produtivos e de valores ético-culturais. Aqui não nos referimos apenas a capacitação formal (a que recebemos em cursos e treinamentos), pelo contrário, a vida, especialmente na medida em que o trabalhador a percebe e examina na busca de transformar a si mesmo, as coisas e as estruturas.

d) **Na solução de seus problemas** como a superação das demandas (necessidades) sentidas pelo grupo organizado, para superarem a exploração e alcançarem o desenvolvimento que almejam, racionalmente, para si (o grupo ou coletivo que fazem parte) e para os seus (a classe trabalhadora). As necessidades resolvidas de forma individual não levam à transformação da pessoa, das relações das estruturas, mas a manutenção da sociedade como ela já o é (fica no mesmo). As necessidades precisam ser percebidas e dimensionadas pelo grupo ou coletivo de maneira participativa e organizada e não percebida e dimensionada apenas por elementos externos ao grupo, que interpretam a realidade, normalmente, com outra visão (que consideram ser a mais correta ou científica) e que por isto geram paternalismo e,

consequentemente, novas formas de dominação, garantindo assim o "status quo" (o mesmo) através dos tempos.

e) **Na transformação da sociedade** como a tarefa básica de que a luta pela transformação só termina na medida em que a classe trabalhadora chegar ao poder e tiver a hegemonia sobre o todo da sociedade (13), inaugurando assim uma sociedade socialista. Por isto a busca do desenvolvimento esta intimamente ligada com a construção de mecanismos cada vez mais eficientes, e portanto cada vez mais complexos, para ir criando as condições objetivas para o surgimento do novo.

O desenvolvimento rural só é real e verdadeiro quando resulta da decisão de todos os participantes (14), que estão bem informados, são livres e democráticos, dispostos a assumir a consequência das suas decisões e com clareza dos interesses da classe trabalhadora. Assim passam a "subverter" a sociedade atual, por causa das novas relações que vão construindo no próprio processo (o novo dentro do velho), da auto-crítica permanente e da emulação realizada pelo coletivo.

6. Uma opção: A Cooperação Agrícola

Entendemos por cooperação agrícola a: Organização do trabalho e da produção agropecuária através da divisão social do processo produtivo (DSPP).

Em outras palavras, é o jeito de juntar esforços (capital variável) de

(13) Isto não quer dizer que estou falando em "ditadura do proletariado", mas na possibilidade de que os trabalhadores, por estarem devidamente organizados, tenham a hegemonia sobre o todo da sociedade.

(14) A participação de todos pode ser feita de forma direta e indireta e não quer dizer que seja na base do voto. O importante é que todos saibam o que esta acontecendo, o que vão fazer para superar os desafios e porque vão fazer deste jeito.

cada trabalhador rural individual, por livre e espontânea vontade deste (15), para fazer as coisas em conjunto. Na medida em que vão compreendendo e optando por este tipo de organização passam, também, a unir o trabalho já acumulado (capital constante) através: da aquisição de instrumentos de trabalho, máquinas ou equipamentos em conjunto; ou da montagem de uma linha de produção em conjunto (leite, por exemplo); ou... até chegar no momento em que colocam toda a terra em comum e passam a construir, de fato, um processo de produção totalmente coletivo.

A cooperação, em sua forma primitiva, existe desde a origem da humanidade. Ela se expressa na forma dos mutirões ou puxerões que são feitos por necessidade de sobrevivência, sem nenhum controle e de forma gratuita (no máximo exigem uma refeição). Com o tempo evoluiu e chegou até a troca de dias de serviço, onde já existe alguma forma de controle, por influência do mercado. Com o passar do tempo chegou a reunir os trabalhadores rurais para a montagem de uma determinada linha de produção (semente de milho ou linha de leite, por exemplo), em vista da necessidade, por um ou dois anos.

Com isto, queremos dizer que o trabalho familiar, na propriedade familiar, em vista da produção de auto-consumo não é, necessariamente, o ideal da organização do trabalho e da produção. É verdade que o comportamento ideológico artesanal (que faz parte da cultura do trabalhador rural, mas não é toda a cultura e nem a sua essência), determina, por causa do culto ao individualismo que existe na "cultura" capitalista, uma forte inclinação à produção familiar. Aceitá-la como "dogma"(16) é negar toda

(15) E não na marra, pois não queremos a coletivização forçada, mas também entendemos que não podemos ser basistas (ficar na espera de que um dia, talvez...); temos que garantir um trabalho permanente de discussão com todos os companheiros para ajudá-los a iniciar ou continuar o processo...

(16) Existe, uma concepção romântica ou idealizada da produção familiar. Esta concepção se esquece de que estamos em uma economia de livre mercado e que para a produção familiar se manter, isto é, "competir" no mercado pelo seu valor de troca (trabalho abstrato), necessita de uma super-utilização dos seus meios de produção, inclusive da terra, e da mão-de-obra familiar que, normalmente, não é contabilizada, e de passar a utilizar tecnologias alternativas e a seguir princípios agroecológicos que, também, vem de fora

a cooperação que já existiu na história da humanidade, começando com as caçadas pré-históricas, passando pelas alianças de conquista e manutenção da terra (como do povo hebreu, por exemplo), cruzando pelo cooperativismo de "rochdale", no século passado, e chegando as experiências associativas e coletivas dos tempos de hoje, que após consolidadas (passam a fazer parte da cultura dos trabalhadores rurais), impedem que o trabalhador rural retorne à produção familiar (como esta acontecendo na ex-Alemanha Oriental, por exemplo), mesmo que o governo force neste sentido desrespeitando assim a nova base cultural.

7. Tentativas de sobrevivência

Na tentativa de sobreviver a propriedade familiar tenta acompanhar o processo de inovação tecnológica ou "modernização". O trabalhador rural vê o seu vizinho que passou a plantar mais e a colher mais, porque trocou a junta de bois e a máquina de plantar manual (pica-pau) por um trator e seus implementos mais necessários. Passa a buscar uma forma de se "modernizar" também, pois se o vizinho conseguiu ele também consegue. Como o trabalhador rural, por causa de seu comportamento ideológico artesanal, não costuma fazer cálculos exatos, embarca em uma aventura: compra o dese-

(técnicos) como um outro modelo de produção e que, por isto, nem sempre são seguidos. No princípio parece que dá certo por causa da alta produtividade, mas, a super-utilização de seus recursos é um paliativo cruel na dilapidação dos recursos naturais, pois finalmente acaba abandonando a terra por não ter o capital necessário para a recuperar, e as jornadas de trabalho estafantes (até de 16 horas diárias) que o trabalhador rural se auto-impõe e impõe à sua família (enquanto na cidade os operários lutam pela redução da carga horária de trabalho que está em 44 horas semanais). Além de disfarçar a tendência ao desaparecimento ou a submissão no complexo agroindustrial pela integração. O interessante é de que os projetos financeiros que defendem a produção familiar são facilmente financiados por países do primeiro mundo, como se desejassem preservar o trabalhador rural em seu "habitat natural" ou os índios em seu "habitat natural", evitando assim que se desenvolvam e, ao mesmo tempo, descarregando a consciência dos estragos que a política imperialista do capitalismo faz ao terceiro mundo.

jado, mas sem saber se terá condições de pagar, nem se terá condições de fazer a manutenção e muito menos se poderá a reposição e, finalmente, vê na prática o seu novo patrimônio ter a sua vida útil violentamente reduzida de 10 para 3 ou 4 anos.

Mas, com o tempo, normalmente, são excluídos das mesmas inovações porque o mercado é seletivo ou excludente. O que produz para o mercado não é o suficiente para adquirir novas tecnologias, mesmo que sejam alternativas (como determinados equipamentos, por exemplo), e nem dá para repor partes de uma já adquirida que se danificou. Caso não consiga incorporar ou adaptar-se aos novos padrões tecnológicos propostos tende a desaparecer ou ficar a margem. É ilusão achar que só uma política de crédito para investimento resolveria isto, pois, os recursos monetários seriam, em grande parte, mal aplicados (temos exemplo disto) e, ao mesmo tempo, criaria dependência e os trabalhadores rurais passariam a viver do crédito, em vez de utilizá-lo na produção (como aconteceu na Nicarágua-sandinista, por exemplo).

Alguns técnicos buscam uma saída tentando criar tecnologias especializadas ou alternativas que permitam a sobrevivência da produção familiar. Na verdade elas são, normalmente, paliativos que melhorarão a sua produtividade, todavia, não impedirão o seu crescente desaparecimento se não houver cooperação entre os trabalhadores rurais. Porque num processo de submissão-integração ao complexo agroindustrial os problemas estruturais de controle sobre a produção familiar ocorrem no mercado e não no âmbito exclusivo da produção; esta só faz uma pequena parte do processo produtivo e a que dá menos resultado monetário.

Por incrível que pareça, a comercialização direta só é possível falseando os custos de produção (não computando a mão-de-obra) e eliminando o intermediário na esperança do trabalhador rural ganhar mais e do trabalhador urbano, por ter o salário arrochado, pagar menos: é assim que o produto final é barateado. Corre o risco de ser uma mera ilusão, se não for trabalhada político-ideologicamente esta relação e não estiver ligada a uma estratégia maior de transformação social. O comércio direto campo-cidade acaba favorecendo mais a classe média e alta do que os operários lascados.

Os trabalhadores rurais, de forma diversa e com clareza distinta, sentem estes problemas e passam a buscar formas alternativas para garantir a

sobrevivência das suas famílias. Uma das saídas é a COOPERAÇÃO AGRÍCOLA que vai dar de forma distinta conforme o grau de clareza e conforme o grau de necessidade dos trabalhadores rurais envolvidos. Vejamos alguns exemplos (17):

a) **Cooperação para resolver necessidades específicas:** Surgem quando os trabalhadores rurais precisam, por não conseguirem mais adquirir sementes melhoradas, produzir sementes e por isto buscam um pedaço de roça, normalmente arrendando, e assim, com uma tecnologia nova adquirida, passam a produzir a própria semente, tendo um mínimo de controle (principalmente sobre os dias trabalhados pelos participantes, em mutirão) que influirá na distribuição da semente. Ou surge quando trabalhadores rurais sem terra se juntam em um acampamento com o objetivo de conquistar um pedaço de terra para cada um. Normalmente, após conquistarem o seu objetivo (semente, terra...) voltam a assumir plenamente o modelo de produção anterior, pelo menos até que surja uma nova necessidade.

b) **Cooperação para resolver a relação com o mercado:** Surge quando os trabalhadores rurais se juntam para comercializar a sua produção (milho, por exemplo). Ou quando se juntam para comercializar a sua produção (feijão, por exemplo) e adquirir mercadorias para auto-consumo (farinha, sal,...) Ou quando se juntam para comercializar a sua produção com os trabalhadores da cidade (hortigranjeiros, por exemplo). Ou quando se juntam para adquirir insumos para a roça (calcáreo, semente,...). Ou quando se juntam para garantir parte de uma linha de produção (o recolhimento em uma linha de leite, por exemplo) que será beneficiada por terceiros. Ou se juntam para colocar um pequeno mercado que repassará aos sócios os produtos de maior necessidade. Normalmente, se organizam em torno de um capital constante mínimo, como: um caminhão (para recolher o leite ou para transportar produto); um pequeno mercado; e assim por diante.

(17) Os exemplos não são de experiências perfeitas, pois existem deturpações entre o que deveria ser e o como é feito, especialmente por falta de capacitação e por falta de combate aos desvios ideológicos das formas artesanais de trabalho que tem sua origem na propriedade privada dos meios de produção e no idealismo.

c. Cooperação para resolver problemas com o beneficiamento: Surge quando os trabalhadores rurais se dão conta que o produto primário que vende (trigo, milho, mandioca...), ao preço que vende, não garante a aquisição do mesmo produto beneficiado (farinha de trigo, farinha de milho, farinha de mandioca,...) e a utilização do serviço de terceiros (moinho, casa de mandioca,...) é muito elevado. Por se darem conta, se juntam para instalar um moinho. Ou uma casa de farinha. Ou um soque de erva-mate. Ou uma pequena fábrica de queijo e outros derivados do leite. Ou um matadouro e fábrica de embutidos de carne. Ou uma fábrica de doces de cana-de-açúcar e de frutas. Ou uma fábrica de rapadura. Normalmente fazem um investimento razoável para adquirir os meios de produção necessários, incluindo as instalações físicas, e passam a beneficiar a produção dos sócios, primeiramente para o auto-consumo, depois prestarão serviço a terceiros e, por último, quando começam a produzir acanhadamente para o mercado (feiras).

d) Cooperação com lavourão ou roça em comum: Surge quando os trabalhadores rurais se dão conta de que ter instrumentos de trabalho de forma cooperada (um trator em comum que usam para fazer as roças familiares) não é racional e causa conflitos desnecessários (a terra de quem será preparada primeiro) e por isto resolvem juntar uma parte de suas terras, que pode variar de quantidade conforme a combinação dos associados, e, ao mesmo tempo, garantir uma parte para auto-sustento com base na produção familiar. As vezes chegam a arrendar uma área de terra para a lavoura em comum. No princípio tendem a copiar o modelo tecnológico das lavouras capitalistas (granjas de produção de grãos, por exemplo), inclusive todos os seus problemas. Enquanto não se superar esta fase, que pode durar anos e anos, tendem a se descapitalizar e a não ter retorno nenhum aos associados e até a falir (18). Na medida que são capazes de começar a produzir para o mercado, alterando o modelo tecnológico e buscando uma maior produtividade e ao mesmo tempo levando a sério os princípios agroecológicos, tendem a avançar.

(18) Já sabemos de que não podemos mais somente atuar na produção primária, temos que ir assumindo todo o processo produtivo de determinados artigos, inclusive entrando no campo da transformação industrial e dos serviços.

e) **Cooperação plena ou totalmente coletiva:** Surge quando os trabalhadores rurais, por motivos diferentes, passam a juntar toda a terra que dispõem e todo o capital constante e passam a trabalhar de forma coletiva, procurando garantir o auto-sustento e, ao mesmo tempo, linhas de produção em escala para o mercado, procurando absorver toda a mão-de obra disponível e ampliando o processo produtivo para o máximo de beneficiamento possível (agroindústria em gestação) e iniciando dentro do possível, com uma pequena indústria (fabricação de roupas, de calçados, de vassouras, de móveis,...) e prestando serviços (mercado...) (18). Não basta a motivação inicial e os primeiros passos, é necessário assumir a lógica de uma empresa associativa. Isto só se torna possível se acontecer uma "revolução" no comportamento ideológico dos associados e estes conseguirem adquirir uma consciência organizativa e, ao mesmo tempo, uma consciência de classe; só assim evitarão de cair no desvio do "economicismo".

f) **Cooperação articulada entre si:** Surge os trabalhadores se dão conta de que é necessário articular as várias experiências de cooperação entre si para conseguirem fazer frente ou romper com o mercado. Assim começa a surgir as Cooperativas Regionais. Ou pequenas agroindústrias que são alimentadas com a produção de várias associações. A prática nos demonstra de que é praticamente inviável para o trabalhador rural resistir isolado. A prática, também, nos demonstra de que é praticamente inviável a cooperação agrícola isolada.

O que impede o avanço dos trabalhadores rurais no processo de cooperação, em grande parte, são as **formas e Paternalismo** que instituições governamentais e não governamentais utilizam que vão desde a distribuição de dinheiro (19) sem nenhum controle, até a falta de metodologia de seus profissionais que insistem em dizer o que fazer e o como fazer (mesmo sem haver a pergunta) e a cobrar a aplicação de suas sugestões, em vez de acompanhar o processo e permitir que os trabalhadores rurais possam ir desenvolvendo um modelo tecnológico próprio (com a contribuição das experiências acumuladas que poderão ser repassadas no momento certo).

(19) Apesar dos subsídios criarem dependência, por causa da relação paternalista que existe entre quem dá e quem recebe, ele é condição para acelerar o processo de desenvolvimento: sem crédito para investimento não é possível redimensionar a produção

8. O que não podemos nos esquecer

Os trabalhadores rurais, sejam proprietários, ou posseiros, ou meeiros, já estão organizados. A produção familiar, por estar submetida e dominada pela economia mercantil capitalista, está organizada para propiciar a drenagem de riquezas (trabalho acumulado ou capital) para outros setores sociais e espaços nacionais ou internacionais.

O desafio, para viabilizar o bem estar dos trabalhadores rurais é reorganizá-los. A re-organização precisa ser uma opção das pessoas envolvidas, como precisa ser uma opção a metodologia que irão assumir e o tipo ou modelo de cooperação que irão adotar. O processo tende a passar por algumas fases, a saber:

a) A construção da AGROVILA, mesmo que cada família continua a produzir individualmente, como um espaço de construção da Cidadania do trabalhador rural. A agrovila quebra o isolamento e facilita a conquista de serviços básicos, como: escola, posto de saúde, água encanada, luz elétrica, facilidade na circulação das informações...

b) A cooperação inicial (normalmente não legalizada) que permite uma experiência de trabalho coletivo e um primeiro rompimento com as formas artesanais de trabalho. Nesta fase os trabalhadores rurais se auto-grupalizam para resolverem necessidades imediatas no campo da produção ou em ações de melhoria. Estas formas de cooperação não interferem nos fatores estratégicos de missão da propriedade familiar, nem possuem um "modelo"

familiar para uma produção empresarial e em escala. Já sabemos que é necessário por parte do trabalhador rural ter um planejamento e projetos economicamente viáveis (que darão retorno, mesmo que a longo prazo); sem isto é praticamente jogar dinheiro pela janela. Mas, é necessário por parte das instituições financiadoras uma maior seriedade (exigir os projetos e fazer o controle) e prever formas de retorno do capital investido, pelo menos. Não podemos deixar de cobrar o papel que o Estado tem no processo de desenvolvimento dos trabalhadores rurais, especialmente, pelo repasse da mais-valia social como crédito para investimento (tanto em plantas agroindustriais, como na aquisição de tecnologias, como na recuperação do solo) e do custeio.

de organização adequado e as tentativas de beneficiamento ou de serviços produzem resultados insignificantes por ficarem no campo do auto-consumo ou do auto-sustento.

c) A cooperação que nasce com o objetivo de produzir o auto-sustento e para intervir no mercado (esfera da circulação das mercadorias) iniciando a sua liberação do transportistas (camioneiro) e do intermediário (comerciante). Ela contém dentro de si a fase "b" e começam a quebrar a estratégia montada para a produção familiar, por entrarem no mercado.

d) A cooperação que por passar por "a" e "b" e começa o beneficiamento de parte ou de toda a sua produção e ensaia o ingresso na agroindustrialização de pelo menos um de seus produtos. Eles já necessitam de quotas de produção e de começarem a produzir em escala o que vai para o mercado. Assumem um a estrutura organizativa de empresa associativa, não capitalista, e passam a investir na capacitação e na formação político-ideológica.

e) A cooperação que consegue articular as experiências semelhantes e busca um projeto de agroindustrialização onde possa controlar o processo de produção desde a pesquisa genética até a comercialização atacadista ou distribuição (por enquanto para nós é sonho)...

O grande desafio é a auto-preparação dos trabalhadores rurais para assumirem este processo. Isto significa: estar disposto a transformar a si mesmo (construir o socialismo); combater permanentemente os desvios ideológicos oriundos do capitalismo; educação ou estudo permanente (visão ampla de mundo e conhecimento da prática acumulada das lutas dos trabalhadores); capacidade de análise da conjuntura política e econômica, levando em conta que estamos em uma livre economia sem fronteira (Mercosul, por exemplo); capacitação a nível profissional e de militância; dedicação ao trabalho; fidelidade ao projeto da classe trabalhadora.

Jamais poderemos nos esquecer de que a cooperação agrícola não tem um fim em si mesmo, mas é uma forma de resistência ativa em vista da transformação da sociedade. Ela deve ser organizada para repassar parte da mão-de-obra ociosa como militantes liberados para a organização política e estar pronta a deslocar outros trabalhadores como militantes em lutas específicas, (como fechar uma estrada ou um banco, ou colaborar em uma ocupação de terra, por exemplo). Ela deve buscar recursos monetários para

ajudar a financiar a luta dos trabalhadores e ao mesmo tempo contribuir com bens já conseguidos (como um caminhão, por exemplo). A cooperação precisa estar articulada tanto no campo econômico, como no campo político.

9. Aspectos que precisamos levar em conta

a) Político-Ideológico

Não visamos adequar a produção agrícola dos trabalhadores que decidiram se cooperar à economia mercantil capitalista. Temos consciência de que necessitamos acumular trabalho, portanto capital, para garantir a nossa sobrevivência e para financiar a luta pela transformação da sociedade, através: da liberação de quadros políticos para o processo de transformação global (20); da participação nas lutas: do auxílio econômico às organizações de luta; da prestação de serviço às lutas e à formação (alimentação, transporte,...)

Temos que ter clareza de que não conseguiremos resolver todos os nossos problemas no capitalismo. Para nós a cooperação agrícola é uma forma de resistência, assim como a luta pela reforma agrária também é. Temos que assumir de que estamos inseridos dentro de uma sociedade capitalista internacionalizada e de que não nós é possível criar espaços socialistas dentro dela, porque nos isolaríamos do conjunto da sociedade ou, no mínimo, nos isolaríamos do mercado através da comercialização direta com algum grupo urbano. Mesmo no capitalismo é possível melhorar a produção e a produtividade do trabalho e, em algumas regiões ou linhas de produção, até podemos competir e assim resgatar o argumento econômico da reforma agrária. Mas o nosso objetivo é resistência ativa ao capitalismo e não competição.

(20) A propriedade familiar não consegue liberar ninguém para a luta. A liberação de alguém exige um assalariamento (que em nome da justiça passa a ser elevado para o padrão do povo brasileiro) e o trabalhador rural acaba adandonando a produção agrícola e passa a viver de cargos políticos e leva, muitas vezes, a falência a organização que o liberou.

Temos que ter outra clareza: a de não acreditar de que só precisamos investir na preparação de "quadros revolucionários" já que não vamos conseguir resolver todos os nossos problemas no capitalismo. Não se preocupar com a produção é colocar em "xeque-mate" a sociedade nova, pois no socialismo ela também é necessária.

b) Tecnologias alternativas

É necessário passar da negação do processo de "modernização" imposto pelo capitalismo e buscar uma síntese entre: o que ele trouxe (nós não vamos superar o capitalismo por negar tudo o que ele trás, pois nem tudo faz parte de sua essência); o conhecimento acumulado pela ciência; o conhecimento acumulado pela prática dos trabalhadores. A tarefa é buscar uma adequação tecnológica entre o uso de instrumentos de produção sofisticados (máquinas, por exemplo), os recursos disponíveis (que são precários) e a necessidade de absorção total da mão-de-obra (não ter ela ociosa), os artigos que iremos produzir, a tecnologia que adotaremos (o jeito que iremos trabalhar).

A tecnologia alternativa só tem sentido se consegue dar uma resposta econômica, direta ou indiretamente. Precisamos criar um "novo modelo tecnológico" que responda aos objetivos da classe trabalhadora e não retornar simplesmente ao passado.

Já sabemos que a competência e a vontade dos técnicos não invetem a correlação de forças e, portanto não geram transformação, se não houver a adesão dos trabalhadores rurais. Não é o papel que muda a história, nem a orientação técnica, mas o trabalho (a práxis). Precisamos conseguir assessoria técnica disposta a construir conosco a "tecnologia alternativa" que necessitamos.

c) Agro-ecologia

A conservação e a recuperação racional do solo e dos demais recursos naturais é absolutamente necessário. Precisamos dominar a adubação orgânica animal e vegetal, o controle biológico de pragas, o combate a erosão, a produção de artigos mais saudáveis... Mas, não podemos cair na negação total dos produtos químico-industriais; apenas seduziremos a sua utilização ao máximo, evitando assim prejuízos vitais ao produtor e tendo produtos diferenciados, garantindo assim faixas de mercado.

Temos que garantir o meio ambiente e, ao mesmo tempo, a qualidade e a produtividade na produção agropecuária, sem cair no discurso capitalista de "produção autosustentável" e sem esquecer de que a vida humana também precisa ser preservada.

d) Cultura

Necessitamos resgatar a dimensão cultural, apesar dos seus vários conceitos e definições. É necessário reagir contra o "economicismo desenvolvimentista ou racionalista" pretensamente eficiente das intervenções de fora (projetos governamentais ou não governamentais que se propõe a afastar os obstáculos para a modernização no campo), e ao mesmo tempo, fazer uma "revolução cultural", a partir dos próprios trabalhadores rurais e sob a sua direção, onde se busque manter o autêntico da sua cultura e a superação dos desvios ideológicos neles encravados pelo capitalismo. Cultura é mais do que o passado, os potes de barro, as receitas culinárias, as danças e as práticas já classificadas como "populares".

Necessitamos aprofundar os elementos da cultura do trabalhador rural (do camponês) para tentarmos identificar o que é impregnação da ideologia capitalista e o que é verdadeiramente revolucionário. Sabemos que o popular já introjetou muito da consciência do dominador. Precisamos entender a essência da cultura e da cosmovisão do trabalhador rural. Temos que ir forjando, desde já, uma "revolução cultural" ou a construção de fato da mulher e do homem novo, com a vivência de novas relações afetivas, sexuais, pedagógicas, políticas e da construção de uma ética comunitária e solidária.

Hoje não podemos apenas avançar no produtivo; temos que avançar no lazer, na confraternização, no relacionamento com o sagrado,... isto também faz parte do novo.

e) Pesquisa e educação formal

Faz-se necessário que os movimentos populares do campo passem a controlar centros de pesquisas, para dominar a produção de sementes e mudas melhoradas e até da biotecnologia, quando for possível (levando em conta a étnica), ou promovendo formas de absorção dela das grandes empresas agroindustriais ou dos centros de pesquisa do governo. A utilização de tecnologias também deve ser pesquisada.

Ao mesmo tempo é urgente a preparação de quadros administrativos para as empresas associativas e de uma infinidade de cursos de especialização de mão-de-obra. Estes cursos devem ser buscados junto as instituições já existentes e, em último caso, promover os cursos em vista de suprir a demanda.

Um outro desafio urgente é criar as condições necessárias para que os trabalhadores que se descobrem analfabetos possam ser introduzidos na linguagem da sociedade em que estão inseridos.

f) Mercado

Não podemos nos esquecer de que estamos em uma década de economia de mercado capitalista e internacionalizada. Hoje se torna necessário o conhecimento do mercado (produtos que podem ser colocados, lugares que podem ser entregues,...) e a criação de mecanismos de interferência neste mercado, determinando as linhas de produção prioritárias e que possam dar um retorno mais imediato, em vista da acumulação de trabalho, via comércio.

Ou optamos em ser objetos do mercado ou passamos a interferir por termos um produto diferenciado (só nós o temos assim) ou por conseguirmos colocá-lo por um preço baixo graças ao baixo custo conseguido.

g) Qualidade

Para entrarmos no mercado e sobrevivermos precisamos garantir a qualidade total dos nossos produtos, evitando ao máximo as perdas no processo de beneficiamento e tendo uma apresentação diferenciada em vista da propaganda política para a reforma agrária.

h) Serviços

Necessitamos entrar no mercado de serviços, com alto retorno, e a utilização dos recursos naturais que temos a disposição (praias, cachoeiras, lagos,...) organizando o turismo.

i) Industrialização

Necessitamos iniciar o beneficiamento de determinados produtos agrícolas (agroindustrialização) e ao mesmo tempo passarmos a produção de outras mercadorias (industrialização) em vista de abrir novos mercados e absorver toda a mão-de-obra.

j) Capacitação

É necessário que a mão-de-obra dos trabalhadores rurais seja re-capacitada a partir do aproveitamento tecnológico que desenvolveram, desenvolvendo habilidades específicas e de alto nível técnico para todas as linhas de produção, seja de bens, seja de serviços.

Precisamos, também, capacitar os trabalhadores rurais para participarem de formas de cooperação agrícola cada vez mais complexas. Isto só é possível na medida em que eles entram em contato com o mercado. É o mercado o "objeto" capacitador que cria as condições objetivas para o surgimento da consciência e permite que o coletivo passe da associação simples para uma empresa associativa (que não é apenas um procedimento legal) e cada vez mais coletiva.

k. Organização

Só chegaremos a este nível se formos aumentando a divisão social do trabalho (DST) até chegarmos a divisão técnica do trabalho (DTT), onde o trabalhador saiba executar todas as tarefas da linha de produção, mas faz apenas uma parcela; não faz sozinho. Isto levará as empresas de cooperação (21) a desenvolverem a sua eficiência e a sua eficácia, alterando o valor de troca dos artigos que produz.

l) Educação Cooperativa

Deverá haver um permanente aprofundamento dos princípios cooperativistas e dos princípios políticos do organismo popular que incentiva a cooperação, bem como um aprofundamento nos mecanismos de informação e de gestão democrática, da crítica e da auto-crítica, e assim por diante.

m) Empresa associativa

Nossa visão de empresa exige dos trabalhadores rurais a documentação das operações, os contratos formais, a necessidade da contabilidade, o controle do trabalho e da produção, análise de mercado, política de investimentos a partir de um planejamento,... e é uma forma de organização da mão-de-obra em vista de garantir eficiência econômica.

O desafio é não nos esquecermos, em nenhum momento do processo, destes aspectos ou dimensões, e de outros que necessariamente irão surgir.

(21) Precisamos evitar uma confusão: a de confundir cooperação agrícola com uma empresa de cooperação ou uma cooperativa de gestão democrática (CPA, por exemplo).

10. Não podemos ficar parados

Temos que aprofundar este debate sobre o desenvolvimento rural, a partir dos trabalhadores rurais e dos interesses da classe trabalhadora, para traçar-mos um rumo para a organização do trabalho e da produção no meio rural em vista de unificar as lutas e uma política de trabalho. Mesmo que cheguemos a uma proposta ela não poderá se dogmatizar. Não podemos ser anunciadores do fim da história.

Nossa tarefa é trabalharmos junto com todos os trabalhadores rurais, independente da forma que estão organizados para produzir, afim de converçarmos sobre a cooperação agrícola, da mais simples a mais complexa, e estimular a reorganização das comunidades rurais.

Expediente:

Uma Concepção de Desenvolvimento Rural, é uma publicação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB.

Texto: Paulo Cerioli, OSFS, é religioso, professor de História, Sociologia e Psicologia, atua na área de Capacitação Massiva, Laboratórios Organizacionais e assessora a COCEARGS, no Estado do Rio Grande do Sul.

Produção: **CONCRAB**
Rua Iperoig, 756
05016-000 - São Paulo/SP
Brasil
Fone/Fax: (011)873-1119

CX 30
1. 01
RST